

# Ministro diz que reforma não exigiu concessão

BRASÍLIA – Horas de sono perdido, uma dezena de telefonemas e muita negociação. A noite de quarta-feira só terminou às 4 horas da quinta-feira para o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ele comandou as articulações para aprovação da reforma que garantiram aos Estados um seguro contra perdas pela desoneração das exportações e liberação de recursos para os governadores mais chorões. Ainda assim, o ministro nega que o governo tenha cedido às pressões para obter a vitória no encaminhamento do projeto no Congresso.

“Em termos de concessões efetivas de recursos, não fizemos nenhuma ontem por uma simples razão: os governadores têm compreendido que precisamos manter o equilíbrio das contas da União.” Segundo o ministro, o acerto com a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, para antecipação de receitas pela exploração de petróleo no Estado, faz parte das atividades do ministério.

“Temos uma pauta com boa parte dos governos estaduais relativa a garantia, a crédito, a contratos. Recentemente assinei no Espírito Santo acordo com o governador Paulo Hartung, no Mato Grosso do Sul, com o Zeca do PT e com o Lúcio Alcântara (Ceará). Isso é cotidiano. Não são concessões”, afirmou o ministro. Ele prefere dizer que os acertos são apenas “trocas de ativos” que a União faz e, com isso, permite uma folga de caixa, disponibilizando recursos no curto prazo. “É procedimento cotidiano nosso. Não houve nenhuma questão especial ontem.” Na avaliação de Palocci, a única mudança significativa foi a criação do seguro para compensar perdas com a desoneração das exportações. (S.D. e P.M.)